



**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
ATA DE REUNIÃO**

Tema	PJSC Mais Sustentável 2025
Local	Sala 807 – Torre I
Data e horário	17-12-2024 / 16h

PARTICIPANTES

Dra. Maira Salete Meneghetti	Juíza Auxiliar do Gabinete da Presidência
Alexsandro Postali	Diretor da Diretoria-Geral Administrativa (DGA)
Rodrigo Strobel Pinto	Assessor de Planejamento
Daniel Fachin Krause	Assessor Técnico - DEA
Danielle Cristina Novack	Assessora Técnica - DSQV
Helen Petry	Chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental
Fabiane da Silva Miguel	Assessora Técnica - DIE
Jullyana Kroon Tomaz Soares	Assessora Técnica - DMP
Marcelo Dias e Silva	Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Valorização de Pessoas
Pierry Santos Gonçalves	Secretaria de Gestão Socioambiental
Claudia Turnes da Silva Martins	Secretaria de Gestão Socioambiental
Carlos Henrique Antonello Soldatti	Secretaria de Gestão Socioambiental

DELIBERAÇÕES

1. A Dra. Maira abriu a reunião e ressaltou a importância do Programa Justiça Carbono Zero e do Pacto pela Sustentabilidade, destacando que essa imposição do CNJ por meio de normativas é uma oportunidade para que o judiciário catarinense evolua o tema da sustentabilidade. Segundo a juíza, a reunião antes do recesso foi proposital diante dos curtos prazos para entrega dos trabalhos, para que todos os integrantes possam refletir sobre os projetos e trazerem boas ideias no próximo ano. Ressaltou ainda, que os desafios sobre do Carbono Zero vieram para ficar e que o Tribunal será altamente demandado sobre o tema.
2. Postali destacou que é grande o compromisso e a responsabilidade dos membros da comissão no processo de construção dos projetos e que PJSC precisará mobilizar esforços, recursos e estrutura para alcançar os objetivos. O desafio é muito grande, porém a causa é justa. A comissão ganhará uma relevância especial para o próximo ano.
3. Helen Petry iniciou a apresentação salientando que o Programa Justiça Carbono Zero fixou a meta de neutralização de emissões de carbono no Judiciário até 2030. Esclareceu que o Pacto para Sustentabilidade do PJ, por sua vez, tem uma abrangência mais ligada ao ESG e que ainda não foi enviado para a assinatura, estando previsto para janeiro ou fevereiro do próximo ano. Segundo Helen,



dentro do Pacto existem 3 ações em cada um dos eixos, ambiental, social e governança. E o tribunal deve escolher 2 entre essas 3 opções. A seguir, exposto cada ação e os projetos que o Tribunal já possui que poderiam atendê-las. Por exemplo, o programa transformação, que é uma iniciativa de reserva de vagas em contratos de prestações de serviços para mulheres em situações de vulnerabilidade.

4. Jullyana Kroon Tomaz Soares ressaltou essas reservas já estão previstas nos contratos do PJSC, porém ainda é preciso desenvolver instrumentos para viabilizar essa ação.
5. Postali citou o programa Pop Rua Jud, o convênio para a inclusão de egressos do sistema prisional nos serviços do TJSC, o estágio inclusivo (liberação de vagas para pessoas de baixa renda) e a contratação dos postos terceirizados incluem portadores de síndrome de down.
6. No que concerne ao Pop Rua Jud, Dr. Maira ressaltou que não se trata de uma ação de inclusão, mais uma política para população em situação de rua.
7. Rodrigo destacou que o item “c” do eixo governança deveria ser atribuído Comissão de Jurisprudência da 1ª Vice e que a Asplan ficaria com a linguagem simples.
8. Postali indicou que os itens “a” e “b” do eixo governança têm as suas execuções vinculadas a decisão da Presidência, por isso deve ser incluída como setor responsável.
9. Rodrigo ressaltou a importância de melhorar as ferramentas de transparência da instituição, previstas no item “a” do eixo de governança, considerando que elas impactarão positivamente na pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade.
10. Sobre o item “b” do eixo ambiental, Postali esclareceu que já foi enviado um provimento da Corregedoria, priorizando o julgamento das ações que envolvam processos de causas ambientais, isso atende a meta I. Já a meta III, que abrange a força tarefa, Rodrigo destacou que a Presidência está elaborando estratégias para atendê-las no próximo ano.
11. Superadas as discussões sobre o Pacto, Helen focou na apresentação do Programa Carbono Zero.
12. Helen salientou que o programa cumprirá um ciclo com o plano de descarbonização, inventário, medidas de redução e de compensação. Trouxe dados sobre o aumento da temperatura da terra, acordos e metas brasileiras sobre o tema, também, informações sobre os cumprimentos do programa nos demais tribunais do país.
13. Daniel ressaltou que é preciso entender melhor sobre a metodologia de descarbonização antes de contratar alguma empresa. Alertou, também, que é importante o PJSC realizar o levantamento dos projetos do PJSC que possam gerar créditos.
14. Helen esclareceu que a abrangência do inventário fica a critério de cada Tribunal, mas que a norma traz a necessidade delimitação mínima do “seu prédio sede”. Em seguida, apresentou os limites operacionais do inventário, que compreendem os escopos 1, 2 e 3, com suas especificações. Na sequência, as estratégias de redução e por fim, de compensação de gases do efeito estufa emitidos pelo PJSC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Secretaria de Gestão Socioambiental

15. Trouxe, ainda, o cronograma de datas e atividades para o próximo ano: Versão inicial do Plano de Descarbonização: 28 de fevereiro de 2025. Inventário, no mínimo, para os edifícios-sede ou fóruns centrais: 31 de julho de 2025. Implementação de 3 ações de redução de emissões, no mínimo, incluindo a instalação ou ampliação de sistemas de energia solar: 30 de setembro de 2025. Realização de ao menos uma ação de compensação de emissões: 28 de fevereiro de 2026. Inventário completo de todo o TJ e comarcas: 30 de junho de 2026.
16. Além disso, sugeri como próximas atividade para equipe: o benchmarking nos outros Tribunais com bons resultados no tema escolhido, a avaliação se as informações a serem requeridas no inventário estão disponíveis ou se será necessário criar acesso, a análise, em inventários de órgãos judiciários ou entidades similares ao PJSC, quais fontes tem se mostrado o 80/20 em relação à emissão de GEE (Transportes /Deslocamento para o serviço/ Energia elétrica).
17. Ficou acordado que a comissão se reunirá na quarta semana de janeiro (dia 20 de janeiro de 2025) para fazer a elaboração da primeira versão do Plano de Descarbonização. Demais materiais serão encaminhados no grupo teams.

Ata conferida em reunião, dispensadas as assinaturas.

A reunião foi encerrada às 17:30 horas.